

SMG_Resultados 2024



Santa Maria Geração e
Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações Financeiras de 2024

Rua Aurélio Gatti, 22
Esplanada - Colatina/ES
CEP: 29702-642
Tel.: (27) 2101-2323

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO.....	3
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	5
BALANÇOS PATRIMONIAIS – ATIVO	5
BALANÇOS PATRIMONIAIS – PASSIVO	6
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS.....	7
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	8
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	9
NOTAS EXPLICATIVAS.....	10
1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	10
2. BASE DE PREPARAÇÃO	12
3. INFORMAÇÕES MATERIAIS DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS.....	14
4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	15
5. CLIENTES – PARTES RELACIONADAS.....	16
6. TRIBUTOS.....	16
7. IMOBILIZADO.....	18
8. MÚTUOS ENTRE PARTES RELACIONADAS	19
9. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS	19
10. PROVISÕES.....	19
11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	21
12. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA.....	22
13. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	23
14. RESULTADO FINANCEIRO.....	24
15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	25
16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS	25
17. COBERTURA DE SEGUROS.....	28
18. SALDO E TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS	28
CARTA DE APROVAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO	31
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	32

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas,

A Administração da Santa Maria Geração e Transmissão de Energia S.A. ("Companhia" ou "SMG") apresenta seu Relatório da Administração referente ao exercício de 2024, destacando os principais eventos econômico-financeiros, as ações adotadas e as perspectivas para o futuro.

Desempenho financeiro e operacional

O ano de 2024 foi desafiador para a SMG, com impactos significativos no desempenho financeiro e operacional. A receita operacional líquida atingiu R\$ 1.520, uma redução de 24% em relação a 2023, influenciada pela volatilidade do mercado de energia. Paralelamente, o custo operacional cresceu 48%, totalizando R\$ 1.377, devido ao aumento dos custos de aquisição de energia para revenda no Mercado de Curto Prazo.

O impacto dessas variações, somado ao reconhecimento de *impairment* de R\$ 648 referente às CGH's Santa Maria, Cachoeira do Oito e Tabocas, resultou em um prejuízo de R\$ 849. Esse ajuste reflete uma abordagem prudente da Companhia na revisão do valor de seus ativos, alinhando suas demonstrações financeiras à realidade operacional e ao planejamento de longo prazo.

Estrutura patrimonial e gestão financeira

O ativo total da Companhia foi reduzido de R\$ 2.864 em 2023 para R\$ 1.370 em 2024, devido ao referido *impairment* de ativos imobilizados e à redução do saldo de caixa, que encerrou o período em R\$ 362, representando uma queda de 69%.

O patrimônio líquido totalizou R\$ 682, frente aos R\$ 1.939 registrados no ano anterior, sendo impactado principalmente pelo prejuízo do exercício e pela distribuição de dividendos, referentes ao exercício de 2023, no valor de R\$ 655. Apesar desse cenário, a SMG manteve sua capacidade de operação, priorizando a gestão eficiente de caixa e a busca pela otimização de custos.

Gestão operacional e estratégias da administração

A SMG manteve sua gestão conservadora de riscos, focada na sustentabilidade financeira e na eficiência operacional. Diante das dificuldades enfrentadas, a Companhia revisou suas estratégias e direcionou esforços para garantir maior controle sobre seus ativos.

As CGH's Santa Maria e Cachoeira do Oito seguiram operacionais, porém com custos elevados em relação à sua capacidade de geração. Para tornar essas unidades mais competitivas, a Companhia estuda um plano de automação, buscando reduzir a necessidade de operação local e melhorar a eficiência operacional.

A CGH Tabocas permaneceu inoperante, exigindo avaliações adicionais sobre sua viabilidade futura. A unidade apresenta desafios estruturais e demanda investimentos para adequação, tornando essencial a análise de seus custos e do retorno potencial antes de qualquer decisão definitiva.

Já a CGH Cachoeira da Onça, por sua vez, segue operando regularmente e se mantém como um ativo relevante dentro do portfólio da Companhia. Diferente das demais, essa unidade não sofreu impactos significativos no período e contribui para a estabilidade operacional da SMG.

Perspectivas e compromissos da Companhia

Para os próximos períodos, a SMG segue focada em aprimorar sua eficiência operacional e estrutural, revisando seus ativos e avaliando oportunidades de modernização. A otimização dos custos e a melhor alocação de recursos são prioridades, especialmente nas unidades com maior impacto financeiro.

A Companhia acompanha atentamente as regulamentações do setor elétrico e as tendências de mercado, buscando posicionar-se estrategicamente para maximizar o retorno de seus ativos. A entrada em operação comercial da CGH Tabocas continua sendo avaliada com cautela, considerando os desafios existentes, enquanto as melhorias nas CGH's Santa Maria e Cachoeira do Oito são estudadas para aumentar sua viabilidade econômica.

A administração reforça seu compromisso com a transparência e a responsabilidade na gestão dos negócios, garantindo que suas decisões estejam alinhadas ao fortalecimento da Companhia e à geração de valor para seus acionistas.

Agradecemos a confiança de nossos acionistas, clientes e colaboradores e reafirmamos nosso compromisso com uma gestão eficiente e responsável.

Arthur Arpini Coutinho
Diretor-Presidente

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**Balancos patrimoniais – Ativo**

Santa Maria Geração e Transmissão de Energia S.A.

Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	362	1.164
Clientes – partes relacionadas	5	35	189
Tributos correntes	6	8	-
Despesas pagas antecipadamente		11	10
Outros ativos circulantes		14	14
Total do circulante		430	1.377
Não circulante			
Imobilizado	7	795	1.487
Total do não circulante		795	1.487
Total do ativo		1.225	2.864

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balancos patrimoniais – Passivo

Santa Maria Geração e Transmissão de Energia S.A.

Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Passivo			
Circulante			
Fornecedores		5	-
Mútuos entre partes relacionadas	8	-	371
Obrigações sociais e trabalhistas	9	47	47
Tributos	6	67	76
Dividendos	11.3	-	247
Valores a repassar - partes relacionadas	10.1	82	-
Outros passivos circulantes		14	8
Total do circulante		215	749
Não circulante			
Mútuos entre partes relacionadas	8	301	-
Provisões	10.1	22	171
Outros passivos não circulantes		5	5
Total do não circulante		328	176
Patrimônio líquido	11		
Capital social	11.1	1.452	1.452
Reserva de lucros	11.2	-	487
Prejuízos acumulados		(770)	-
Total do patrimônio líquido		682	1.939
Total do passivo e patrimônio líquido		1.225	2.864

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados dos exercícios

Santa Maria Geração e Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações dos resultados dos exercícios

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Receita operacional líquida	12	1.520	1.993
Custos operacionais	13	(1.377)	(928)
Custo com energia elétrica		(667)	(219)
Custo de operação		(710)	(709)
Lucro bruto		143	1.065
Perdas por <i>impairment</i>	7	(648)	-
Despesas operacionais	13	(306)	(330)
Lucro (prejuízo) operacional		(811)	735
Resultado financeiro	14	22	41
Receitas financeiras		50	85
Despesas financeiras		(28)	(44)
Lucro (prejuízo) antes dos impostos		(789)	776
Impostos	15	(60)	(86)
Imposto de renda e contribuição social correntes		(60)	(86)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(849)	690

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Resultados de 2024

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Santa Maria Geração e Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares reais)

	Nota	Reserva de Lucros				Lucros (prejuízos) acumulados	Total
		Capital Social	Reserva Legal	Reserva de retenção de lucros	Lucro do exercício a deliberar		
Saldos em 01 de janeiro de 2023		1.452	19	25	-	-	1.496
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	690	690
Proposta de destinação do lucro líquido do exercício:							
Constituição de reserva legal		-	35	-	-	(35)	-
Dividendos	11.3	-	-	-	-	(247)	(247)
Lucro do exercício a deliberar		-	-	-	408	(408)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		1.452	54	25	408	-	1.939
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(849)	(849)
Compensação de prejuízos		-	(54)	(25)	-	79	-
Dividendos	11.3	-	-	-	(408)	-	(408)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		1.452	-	-	-	(770)	682

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Santa Maria Geração e Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes dos impostos		(789)	776
Ajustes das receitas/despesas que não afetam o caixa			
Depreciação	7	63	61
Provisão para redução ao valor recuperável	7	648	-
Provisão para litígios	10.1	(149)	152
		<u>(227)</u>	<u>989</u>
Variações nas contas do ativo circulante e não circulante			
Clientes – partes relacionadas	5	154	27
Tributos correntes	6	(8)	2
Despesas pagas antecipadamente		(1)	(2)
Outros ativos circulantes		-	(7)
		<u>145</u>	<u>20</u>
Variações nas contas do passivo circulante e não circulante			
Fornecedores		5	(4)
Obrigações sociais e trabalhistas	9	-	17
Tributos	6	(9)	6
Valores a repassar - partes relacionadas	11.1	82	-
Outros passivos circulantes		6	5
		<u>84</u>	<u>24</u>
Caixa proveniente das atividades operacionais		2	1.033
Imposto de renda e contribuição social	16	(60)	(86)
Caixa líquido das atividades operacionais		<u>(58)</u>	<u>947</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Adições ao imobilizado	7	(19)	(45)
Caixa líquido das atividades de investimento		<u>(19)</u>	<u>(45)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Mútuo recebido de partes relacionadas	8	301	-
Encargos sobre mútuo entre partes relacionadas	8	23	35
Amortização de mútuo entre partes relacionadas	8	(394)	-
Dividendos pagos	12.3	(655)	-
Caixa líquido das atividades de financiamento		<u>(725)</u>	<u>35</u>
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa		<u>(802)</u>	<u>937</u>
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		1.164	227
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa		<u>(802)</u>	<u>937</u>
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		362	1.164

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS**Santa Maria Geração e Transmissão de Energia S.A.****Notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2024**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Santa Maria Geração e Transmissão de Energia S.A. (“SMG” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, de direito privado, sediada no município de Colatina, Estado do Espírito Santo, Brasil. A Companhia tem como atividade principal a exploração técnica e comercial de instalações de geração e transmissão de energia elétrica.

Atualmente, a SMG opera quatro Centrais Geradoras Hidrelétricas (CGH’s), cujas potências instaladas e garantias físicas de energia são apresentadas na tabela abaixo:

CGH	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW médios)	Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG)
Santa Maria	0.240	0.16	CGH.PH.ES.027182-9.01
Cachoeira do Oito	0.206	0.14	CGH.PH.ES.000491-0.01
Tabocas	0.455	0.22	CGH.PH.ES.002792-8.01
Cachoeira da Onça	0.900	0.70	CGH.PH.ES.000428-6.01

1.1 Situação operacional das CGH’s e medidas da Administração**CGH’s Santa Maria e Cachoeira do Oito**

As CGH’s Santa Maria e Cachoeira do Oito encontram-se em operação, com todas as licenças ambientais e regulatórias devidamente regularizadas. No entanto, essas centrais representam aproximadamente 70% dos custos operacionais da Companhia, enquanto sua garantia física corresponde a apenas 30% do volume de energia disponível para venda das unidades em operação.

Ambas as CGH’s necessitam de intervenções estruturais, sendo que a CGH Santa Maria requer um estudo de estabilidade do canal de adução, e a CGH Cachoeira do Oito necessita de um projeto de recuperação da barragem.

Para mitigar os altos custos operacionais, a administração está estudando um plano de automação, que poderá ser realizado em duas fases. A primeira etapa permitirá a operação sem a necessidade de operadores locais, reduzindo custos operacionais, enquanto a segunda fase viabilizará a operação completamente autônoma das usinas.

Além disso, a Companhia acompanha atentamente o setor elétrico e avalia alternativas para a otimização financeira e operacional dessas CGH’s, incluindo a possibilidade de desmobilização dos ativos caso os custos de manutenção e modernização tornem sua continuidade inviável.

CGH Tabocas

A CGH Tabocas encontra-se inoperante e apresenta desafios operacionais e estruturais que exigem avaliações mais aprofundadas. A usina possui potencial de geração e conta com garantia física de 0,22 MW médios, o que poderia representar uma contribuição relevante para a Companhia caso estivesse em operação. No entanto, a unidade enfrenta questões estruturais que precisam ser analisadas antes de qualquer decisão sobre sua viabilidade futura.

Um dos principais problemas identificados foi a ruptura da tubulação forçada, cuja substituição foi recomendada em relatório técnico. Essa tubulação desempenha um papel essencial no funcionamento da usina, sendo responsável pelo transporte da água até as turbinas. A necessidade de reparos estruturais ainda está em estudo, e qualquer intervenção exigirá uma análise detalhada dos custos envolvidos e do impacto na viabilidade da unidade.

Além da questão estrutural, a CGH Tabocas requer avaliações adicionais quanto a sua capacidade de geração de energia em longo prazo. O volume de água disponível para geração tem se mostrado variável, o que pode impactar a eficiência e a rentabilidade da usina. Assim, a administração segue monitorando as condições hidrológicas da região e os fatores regulatórios que podem influenciar a decisão sobre a continuidade da unidade.

A Companhia avalia alternativas para a CGH Tabocas, considerando tanto a possibilidade de recuperação da usina quanto o seu eventual descomissionamento. A decisão dependerá da análise de custos e benefícios, bem como das condições regulatórias e do potencial de retorno do ativo. Enquanto essa avaliação é conduzida, a SMG mantém uma abordagem prudente, garantindo que quaisquer medidas adotadas estejam alinhadas com seu compromisso com a sustentabilidade financeira e operacional.

1.2 Impactos no exercício de 2024

O ano de 2024 foi marcado por desafios operacionais e impactos financeiros decorrentes do reconhecimento de um *impairment* de determinados ativos (Nota 7). Como parte do processo de avaliação patrimonial, a Companhia conduziu testes de recuperabilidade (*impairment*) sobre seus ativos, resultando no reconhecimento de uma despesa de R\$ 648 para as CGH's Santa Maria, Cachoeira do Oito e Tabocas correspondente à diferença entre o valor de recuperação e o valor contábil dos ativos. Esse ajuste reflete a necessidade de investimentos para modernização e viabilidade operacional dessas unidades, considerando seus custos operacionais elevados e desafios regulatórios.

Diante desse cenário, a SMG adotou diversas medidas para garantir a sustentabilidade financeira e a eficiência operacional da Companhia. Entre as ações, destacam-se a avaliação contínua dos ativos para um direcionamento assertivo dos investimentos em infraestrutura, o monitoramento rigoroso dos custos operacionais e oportunidades de redução de despesas, incluindo a automação e modernização das CGH's operacionais, além da análise de viabilidade do descomissionamento da CGH Tabocas, caso a retomada da operação se torne economicamente inviável.

1.3 Continuidade operacional e perspectivas

Apesar do reconhecimento do *impairment*, a administração entende que a SMG mantém condições plenas de continuidade operacional. A Companhia segue financeiramente sustentável, com um patrimônio líquido positivo de R\$ 682, e possui capacidade para adaptar e modernizar suas operações,

buscando eficiência e redução de custos. O planejamento está focado na avaliação detalhada dos ativos, garantindo que os investimentos sejam direcionados para unidades com viabilidade operacional e econômica. Além disso, a SMG monitora constantemente as oportunidades do setor elétrico, visando a diversificação e otimização da comercialização de energia.

A CGH Cachoeira da Onça, que possui garantia física de 0,70 MW médios e potência instalada de 0,90 MW, representa um ativo relevante dentro do portfólio da Companhia. Diferentemente das demais usinas, essa unidade não foi impactada pelo *impairment* e segue operando regularmente. A administração continua acompanhando seu desempenho e avaliando possíveis melhorias para garantir a eficiência e a maximização dos resultados.

A SMG mantém seu compromisso com a eficiência operacional e a gestão responsável, garantindo a continuidade das operações e adotando medidas que fortaleçam a rentabilidade e o equilíbrio financeiro da Companhia.

2. Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”) estabelecidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão condizentes com as utilizadas pela administração em sua gestão.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional. A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Assim, essas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

A Companhia não possui outros resultados abrangentes, razão pela qual não está apresentando a demonstração relativa a esse resultado.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 13 de março de 2025.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas utilizando como base o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, quando requerido nas normas contábeis.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração faça julgamentos e adote estimativas e premissas, baseadas em fatores objetivos e subjetivos para o registro de certas transações, que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras.

Resultados de 2024

Por definição, os resultados reais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas continuamente, com base na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As principais estimativas, que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, estão relacionadas ao registro dos efeitos decorrentes de:

Item	Incerteza	Nota
Redução ao valor recuperável (<i>impairment</i>)	Estimativa do montante recuperável do ativo	2.5

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.5 Redução ao valor recuperável (“*impairment*”)

A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo ela reconhecida em contrapartida do resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tenha ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo também reconhecida em contrapartida do resultado.

A Companhia considera cada Central Geradora Hidrelétrica (CGH) como uma unidade geradora de caixa (UGC), pois cada usina opera de forma independente, gerando fluxos de caixa próprios e sendo avaliada individualmente quanto à sua capacidade de recuperação de valor.

2.5.1 Ativos financeiros e contratuais

São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas, quando aplicável, e quando há evidências de perdas não recuperáveis. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

2.5.2 Ativos não financeiros

A revisão dos valores de ativos não financeiros da Companhia é efetuada pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a Administração identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável. O valor recuperável é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Resultados de 2024

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia reconheceu uma despesa de R\$ 648 por *impairment* de seus ativos (Nota Explicativa nº 7). Esse ajuste foi realizado considerando que algumas unidades geradoras de caixa apresentaram evidências de desvalorização devido a desafios operacionais e estruturais identificados durante o exercício.

3. Informações materiais das políticas contábeis

As informações materiais das políticas contábeis adotadas pela Companhia se encontram descritas em detalhes nas notas explicativas próprias e foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

3.1 Adoção das IFRSs novas e revisadas

3.1.1 IFRSs novas e alteradas em vigor no exercício corrente

No exercício corrente, a Companhia aplicou uma série de alterações às IFRSs emitidas pelo IASB que são obrigatoriamente válidas para um período contábil que se inicie em ou após 1 de janeiro de 2024. A sua adoção não teve qualquer impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras.

Norma	Descrição
Alterações à IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras (CPC 26 (R1)) - Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes	As alterações à IAS 1 (janeiro de 2020) impactam apenas a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial, sem alterar valores ou reconhecimento de ativos, passivos, receitas ou despesas. A classificação se baseia nos direitos existentes na data do balanço, independentemente de expectativas sobre o exercício desses direitos, e considera o cumprimento de cláusulas restritivas nessa data. A definição de "liquidação" foi introduzida, referindo-se à transferência de caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços.
Alterações à IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras - Passivo Não Circulante com "Covenants"	As alterações determinam que apenas "covenants" exigidos até o final do período de relatório afetam o direito de uma entidade de postergar a liquidação de um passivo por pelo menos 12 meses após essa data, mesmo que o cumprimento seja avaliado posteriormente. Direitos de postergação não são afetados por "covenants" a serem cumpridos após o período de relatório, mas, se forem exigidos dentro dos 12 meses seguintes, a entidade deve divulgar informações para que usuários entendam o risco de liquidação antecipada. Essas informações incluem detalhes dos "covenants", valores contábeis dos passivos relacionados e possíveis dificuldades de cumprimento.
Alterações à IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e ao IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Acordos de Financiamento de Fornecedores	As alterações à IAS 7 e à IFRS 7 exigem que as entidades divulguem informações sobre seus acordos de financiamento de fornecedores, permitindo que os usuários avaliem os efeitos desses acordos sobre passivos e fluxos de caixa. As entidades devem informar: (i) termos e condições dos acordos, (ii) valores contábeis dos passivos relacionados, (iii) valores pagos aos fornecedores, (iv) faixas de vencimento dos passivos financeiros e contas a pagar, e (v) informações sobre risco de liquidez.
Alterações à IFRS 16 - Arrendamentos - Passivo de arrendamento em uma transação de "Sale and Leaseback"	As alterações ao IFRS 16 estabelecem novas exigências para a mensuração subsequente de transações de "sale and leaseback" alinhadas ao CPC 47 (IFRS 15). O vendedor-arrendatário deve determinar os "pagamentos de arrendamento" de modo que não reconheça ganho ou perda relacionado ao direito de uso retido após a data de início. Isso evita o reconhecimento de ganho devido à remensuração do passivo de arrendamento. As alterações incluem novos exemplos ilustrativos sobre a mensuração do ativo de direito de uso e passivo de arrendamento, e esclarecem que o passivo em uma transação de "sale and leaseback" qualificada como venda é um passivo de arrendamento.

3.1.2 IFRSs novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis

Na data de autorização destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia não adotou as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não aplicáveis:

Norma	Descrição
Alterações à IAS 21 – Os Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio intitulada Falta de Conversibilidade	As alterações à IAS 21 definem como avaliar se uma moeda é conversível por outra e como determinar a taxa de câmbio quando não for. A moeda é considerada conversível quando a entidade pode obter outra moeda dentro de um prazo razoável e por meio de um mecanismo de mercado. Se a conversibilidade for limitada, a entidade deve estimar a taxa de câmbio à vista para refletir as condições econômicas vigentes. A entidade pode usar taxas de câmbio observáveis ou outras técnicas de estimativa. As alterações também exigem divulgação de como a conversibilidade afeta o desempenho financeiro da entidade. Além disso, um novo apêndice foi adicionado à IAS 21 com orientações e exemplos ilustrativos. Essas mudanças são aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2025, com adoção antecipada permitida, mas não podem ser aplicadas retrospectivamente.
IFRS 18 - Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Financeiras	A IFRS 18 substitui a IAS 1, mantendo muitas de suas exigências e adicionando novas. Algumas exigências da IAS 1 foram transferidas para a IAS 8, IFRS 7 e outras normas. A IFRS 18 introduz novas obrigações, como a apresentação de categorias e subtópicos específicos na demonstração do resultado, divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) e melhorias na agregação e desagregação de informações. A IFRS 18 deve ser aplicada a partir de 1º de janeiro de 2027, com adoção antecipada permitida. As alterações nas outras normas entram em vigor quando a IFRS 18 for adotada e devem ser aplicadas retrospectivamente com disposições de transição.
IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	A IFRS 19 permite que subsidiárias elegíveis forneçam divulgações reduzidas em suas demonstrações financeiras, desde que não tenham responsabilidade pública e que sua controladora final ou intermediária prepare demonstrações financeiras consolidadas conforme as IFRS. A norma é opcional para essas subsidiárias e exige que elas atendam a critérios específicos, como não ter instrumentos negociados publicamente e não atuar em áreas de responsabilidade pública, como bancos e seguradoras. A IFRS 19 é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2027, com adoção antecipada permitida. Se adotada antecipadamente, a entidade deve seguir exigências de divulgação modificadas.

Exceto em relação às alterações de apresentação e divulgação das demonstrações financeiras de acordo com o IFRS 18, a Administração não espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia em períodos futuros.

O IFRS 18 entrará em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente. A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e aplicações financeiras com liquidez imediata, de curto prazo com liquidez até 90 dias, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sujeitos a um risco insignificante de alteração no seu valor justo. São registrados inicialmente pelo custo das transações originárias, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros contratuais auferidos até a data do balanço. O saldo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 está assim representado:

Composição	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e depósitos bancários à vista	111	53
Aplicações financeiras de curto prazo	251	1.111
Total	362	1.164

Resultados de 2024

A rentabilidade média ponderada da carteira de aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2024 equivale em média a 97% do CDI. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade. As aplicações financeiras são contratadas substancialmente com instituições financeiras de primeira linha, ao preço e condições de mercado, e existe compromisso de recompra do CDB pelas instituições financeiras emissoras.

5. Clientes – partes relacionadas

Os saldos de clientes são reconhecidos pelo valor faturado e são provenientes dos contratos de comercialização de energia firmados. Os vencimentos são negociados livremente pelas partes, contudo, a maioria dos recebimentos ocorre no 6º dia útil posterior ao reconhecimento da receita. Em virtude da inexistência de valores em atraso, e considerando ainda que os contratos de comercialização são firmados com parte relacionada, a Companhia não constituiu, para os exercícios de 2024 e 2023, perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa (“PECLD”).

Composição	31/12/2024	31/12/2023
Fornecimento faturado		
Comercial	35	189
Total	35	189

6. Tributos

6.1 Tributos Correntes

Conforme requerido pelo CPC 32 – Tributos sobre o Lucro, a Companhia apresenta os impostos e contribuições sociais correntes ativos e passivos, pelo seu montante líquido quando são compensáveis pela mesma autoridade tributária e quando é permitido, pela legislação tributária, que a Companhia pague ou compense o tributo em um único pagamento ou compensação. A composição e movimentação dos ativos tributários compensáveis e passivos tributários a recolher em 31 de dezembro de 2024 e 2023, estão demonstradas a seguir:

Composição	31/12/2024	31/12/2023
Ativos Compensáveis		
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	8	-
Total	8	-

Passivos a Recolher

Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	10	14
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	8	10
Programa de integração social - PIS	1	1
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	5	5
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	31	32
Instituto nacional de seguridade social - INSS	10	10
Fundo de garantia por tempo de serviço - FGTS	2	3
Impostos e contribuições retidos na fonte	-	1
Total	67	76

Resultados de 2024

Movimentação	Saldo em 31/12/2023	Adições	Pagamentos	Saldo em 31/12/2024
Ativos Compensáveis				
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	-	8	-	8
Total	-	8	-	8
Passivos a Recolher				
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	14	34	(38)	10
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	10	26	(28)	8
Programa de integração social - PIS	1	10	(10)	1
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	5	48	(48)	5
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	32	305	(306)	31
Instituto nacional de seguridade social - INSS	10	131	(131)	10
Fundo de garantia por tempo de serviço - FGTS	3	25	(26)	2
Impostos e contribuições retidos na fonte	1	12	(13)	-
Total	76	591	(600)	67

Resultados de 2024

7. Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo, calculada pelo método linear e representa uma base razoável de vida útil dos respectivos bens.

Composição	Taxas anuais médias Ponderadas de depreciação (%)	Custo	Depreciação Acumulada	Provisão para Redução ao Valor Recuperável (“impairment”)	Valor líquido em 31/12/2024	Valor líquido em 31/12/2023
Geração - Imobilizado em serviço						
Terrenos	-	10	-	(9)	1	10
Reservatórios, barragens e adutoras	2,72%	954	(425)	(485)	44	551
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,33%	53	(36)	(17)	-	18
Máquinas e equipamentos	3,04%	1.396	(509)	(137)	750	908
Total do imobilizado		2.413	(970)	(648)	795	1.487

A movimentação do imobilizado é apresentada como segue:

Movimentação	Valor líquido em 31/12/2023	Adições	Depreciação	Provisão para Redução ao Valor Recuperável (“impairment”)	Valor líquido em 31/12/2024
Geração - Imobilizado em serviço					
Terrenos	10	-	-	(9)	1
Reservatórios, barragens e adutoras	551	-	(21)	(485)	45
Edificações, obras civis e benfeitorias	18	-	(1)	(17)	-
Máquinas e equipamentos	908	19	(41)	(137)	749
Total do imobilizado	1.487	19	(63)	(648)	795

Em conformidade com o CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Companhia realizou, na data-base de 31 de dezembro de 2024, testes de recuperabilidade para avaliar a capacidade de recuperação de seus ativos. Esse processo envolveu o monitoramento das condições de mercado e a revisão das projeções financeiras, assegurando que os valores contábeis não ultrapassem seus respectivos valores recuperáveis.

O valor de recuperação dos ativos foi determinado pelo valor em uso, calculado por meio da metodologia de fluxo de caixa futuro descontado, utilizando uma taxa de desconto de 11,43%, equivalente ao WACC regulatório, divulgado no Despacho ANEEL nº 894, de 21 de março de 2024. Os principais pressupostos considerados incluíram a projeção de custos operacionais, tais como compra de energia, seguros, gestão energética, conectividade, materiais e mão de obra própria, além da projeção da receita, construída com base na precificação da energia incentivada. A projeção de receita utilizou informações extraídas do relatório de longo prazo elaborado pela Dcide, também na data-base de 31 de dezembro de 2024.

Na avaliação do valor de recuperação dos ativos, cada usina foi tratada como uma unidade geradora de caixa independente. Como resultado, identificou-se uma perda por “impairment” no montante de R\$ 648, referente às CGH Santa Maria, CGH Cachoeira do Oito e CGH Tabocas. O valor foi

Resultados de 2024

reconhecido como despesa no resultado do exercício e encontra-se devidamente evidenciado na Demonstração do Resultado do Exercício.

8. Mútuos entre partes relacionadas

São demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva ou valor justo, conforme demonstrado a seguir:

Composição	Taxa	31/12/2024		31/12/2023	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Santa Maria Participações S.A.	Selic	-	301	371	-
Total		-	301	371	-

As mutações dos contratos estão demonstradas conforme segue:

Movimentação	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2023	-	336	336
Transferências	360	(360)	-
Encargos	11	24	35
Saldos em 31 de dezembro de 2023	371	-	371
Ingressos	-	301	301
Encargos	27	-	27
IRRF	(4)	-	(4)
Amortizações (principal e encargos)	(394)	-	(394)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	-	301	301

O saldo em aberto, em 31 de dezembro de 2024, possui vencimento programado para dezembro de 2027.

9. Obrigações sociais e trabalhistas

Composição	Circulante	
	31/12/2024	31/12/2023
Folha de pagamento líquida	17	12
Férias a pagar (incluindo encargos sociais)	28	32
Previdência privada	2	2
Consignações em favor de terceiros	-	1
Total	47	47

10. Provisões

As provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data nas demonstrações financeiras. São atualizadas monetariamente, de

Resultados de 2024

acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos da Companhia.

A avaliação da probabilidade de perda por parte dos assessores jurídicos da Companhia inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico.

O cálculo dos montantes provisionados é realizado com base em valores estimados e na opinião dos assessores jurídicos responsáveis pelos processos. As provisões são revisadas e ajustadas periodicamente para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos e decisões de tribunais.

10.1 Risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir a perda estimada como provável para a única ação em curso movida contra a Companhia, como segue:

Movimentação	Trabalhistas
Saldos em 31 de dezembro de 2023	171
Constituições (a)	22
Atualizações (a)	1
Reversões (a)	(90)
Valores a repassar - partes relacionadas (b)	(82)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	22

(a) Constituições, atualizações e reversões: Trata-se do complemento da provisão constituída, referente a ação trabalhista nº 0000275-51.2019.5.17.0141, na qual a Empresa Luz e Força Santa Maria S.A. é parte solidária da ação, sendo discutida a equiparação do salário recebido ao piso estabelecido em CCT com reflexo em férias, FGTS, gratificação natalina, contribuições previdenciárias e aviso prévio indenizado. O montante constituído é atualizado monetariamente pelo IPCA-E e pela taxa SELIC, conforme decisão emitida pelo Supremo Tribunal Federal em dezembro de 2020.

(b) Valores a repassar – partes relacionadas: Trata-se do valor correspondente a 1/3 do total depositado judicialmente em 04 de março de 2024 pela Empresa Luz e Força Santa Maria S.A., referente ao processo trabalhista nº 0000275-51.2019.5.17.0141. Nesse processo, as empresas Empresa Luz e Força Santa Maria S.A. e Santa Maria Geração e Transmissão de Energia S.A. foram condenadas solidariamente, ao valor de R\$ 241, sendo a divisão da condenação estabelecida com base no tempo de serviço. Por ser a principal responsável pela condenação, a Empresa Luz e Força Santa Maria S.A. realizou o depósito judicial do valor integral em 04 de março de 2024, considerando-o incontroverso. A parcela da condenação atribuída à SMG foi reconhecida pela Companhia como um valor a repassar, que será liquidado posteriormente conforme as disposições acordadas entre as partes. O processo segue em andamento, após a interposição de um novo recurso pela parte contrária.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não existiam ações que envolvessem risco de perda classificados pela Administração como possíveis ou remotos.

Resultados de 2024

11. Patrimônio líquido

11.1 Capital social

O capital social da Companhia está representado por ações nominativas e sem valor nominal, assim distribuídas:

Espécie / Classe	31/12/2024		31/12/2023	
	Quantidade	R\$ mil	Quantidade	R\$ mil
Ordinárias	964.575	966	964.575	966
Preferenciais	487.442	486	487.442	486
Total	1.452.017	1.452	1.452.017	1.452
Valor patrimonial por ação (R\$)		0,47		1,33

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. As ações preferenciais não possuem direito de voto, mas conferem a seus titulares os seguintes direitos: (i) dividendo mínimo de 8% (oito por cento) sobre o valor nominal do capital social e nunca inferior ao que for distribuído às ações ordinárias; (ii) prioridade no reembolso do capital, no caso de liquidação da sociedade; e (iii) comparecimento às Assembleias Gerais e participação nas discussões.

11.2 Reservas de lucro

As reservas de lucro da Companhia possuem a seguinte composição:

Composição	31/12/2024	31/12/2023
Reserva legal (a)	-	54
Reserva de retenção de lucros (b)	-	25
Lucro do exercício a deliberar (c)	-	408
Total	-	487

- (a) **Reserva legal:** constituída com 5% do lucro líquido do exercício, está limitada a 20% do capital social, de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo constituído foi utilizado integralmente para compensar parte do prejuízo apurado no exercício de 2024.
- (b) **Reserva de retenção de lucros:** constituída para viabilizar os programas de investimentos da Companhia, cuja destinação é submetida e aprovada nas assembleias gerais ordinárias. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo constituído foi utilizado integralmente para compensar parte do prejuízo apurado no exercício de 2024.
- (c) **Lucro do exercício a deliberar:** com base na ICPC 08 (R1), corresponde a parcela do lucro líquido do exercício excedente ao dividendo mínimo obrigatório calculado de acordo com o Estatuto Social da Companhia. O saldo constituído no exercício de 2023 foi integralmente distribuído no exercício de 2024 na forma de dividendos (Nota Explicativa nº 11.3).

11.3 Dividendos

Nos termos da Assembleia Geral Ordinária de 24 de abril de 2024, foram destinados R\$ 655 ao pagamento de dividendos, sendo R\$ 247 referentes aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2023 e R\$ 408 a dividendos complementares. Os dividendos declarados foram pagos no exercício de 2024.

Resultados de 2024

12. Receita operacional líquida

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia, podendo ser confiavelmente mensurados. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber líquida de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. A receita operacional se refere à receita oriunda da venda da energia elétrica gerada pela Companhia.

	R\$ mil	
	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional líquida		
Receita operacional bruta		
Receita de operações com energia elétrica – Partes relacionadas	1.863	2.465
Demais receitas e rendas	17	16
Total da receita operacional bruta	1.880	2.481
(-) Tributos sobre a receita		
PIS	(10)	(13)
COFINS	(48)	(61)
ICMS	(302)	(414)
Total dos tributos sobre a receita	(360)	(488)
Total da receita operacional líquida	1.520	1.993

Resultados de 2024

13. Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais especificados na Demonstração do Resultado do Exercício possuem a seguinte composição por natureza de gastos:

Natureza de gastos	Ref.	Custos operacionais			Despesas operacionais	31/12/2024	31/12/2023
		Com energia elétrica	De operação	Total			
Custo com energia elétrica							
Energia elétrica comprada para revenda	(a)	563	-	563	-	563	118
Encargos de transmissão, conexão e distribuição	(b)	104	-	104	-	104	101
		667	-	667	-	667	219
Custo de operação							
Pessoal	(c)	-	606	606	-	606	581
Materiais		-	28	28	-	28	54
Seguros		-	13	13	-	13	12
Depreciação		-	63	63	-	63	62
		-	710	710	-	710	709
Despesas operacionais							
Administradores		-	-	-	86	86	-
Serviços de terceiros	(d)	-	-	-	189	189	111
Tributos		-	-	-	7	7	1
Provisões	(e)	-	-	-	(68)	(68)	152
Gastos Diversos		-	-	-	92	92	66
		-	-	-	306	306	330
Total		667	710	1.377	306	1.683	1.258

Resultados de 2024

(a) **Energia elétrica comprada para revenda:** Refere-se à comercialização de energia elétrica no Mercado de Curto Prazo (MCP), no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

(b) **Encargos de transmissão, conexão e distribuição:** Refere-se ao contrato de uso do sistema de distribuição, firmado com parte relacionada (Nota Explicativa nº 18).

(c) **Pessoal:** A composição dos custos de pessoal está demonstrada a seguir:

Composição	31/12/2024	31/12/2023
Remuneração	334	347
INSS	86	93
FGTS	25	27
Previdência privada	13	13
Rescisões	20	-
Auxílio alimentação	84	71
Outros benefícios	44	30
Total	606	581

(d) **Serviços de terceiros:** A composição das despesas com serviços de terceiros está demonstrada a seguir:

Composição	31/12/2024	31/12/2023
Consultoria - Partes relacionadas	47	45
Consultoria	66	46
Assessoria jurídica	50	-
Auditoria	6	7
Manutenção	16	13
Outros	4	-
Total	189	111

(e) **Provisões:** Refere-se às provisões e reversões do processo trabalhista nº 0000275-51.2019.5.17.0141 (Nota Explicativa nº 10.1).

14. Resultado financeiro

Composição	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	49	85
Outras receitas financeiras	1	-
Total das receitas financeiras	50	85
Despesas financeiras		
Encargos sobre operações de mútuo	(27)	(43)
Outras despesas financeiras	(1)	(1)
Total das despesas financeiras	(28)	(44)
Resultado financeiro	22	41

Resultados de 2024

15. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base no regime do lucro presumido, considerando as seguintes premissas: (i) imposto de renda - base de cálculo de 8% da receita, alíquota de 15% e adicional de 10% sobre a base de cálculo que exceder R\$ 60 mil trimestralmente; e (ii) contribuição social - base de cálculo de 12% da receita e alíquota de 9%.

A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social é a receita bruta auferida trimestralmente, acrescida de ganhos de capital, dos rendimentos e ganhos líquidos auferidos em aplicações financeiras (renda fixa e variável) e das variações monetárias ativas e demais resultados positivos obtidos pela Companhia. A Companhia não possui imposto de renda e contribuição social diferidos.

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício, calculados com base no regime do lucro presumido, são demonstrados como segue:

Composição	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Demonstração do cálculo dos tributos:				
Receita de operações com energia elétrica	1.863	2.465	1.863	2.465
Percentual de presunção do lucro	8%	8%	12%	12%
Lucro presumido	149	197	224	296
(+) Demais receitas e rendas	67	101	67	101
(=) Base de Cálculo	216	298	291	397
Alíquota do IRPJ e CSLL	15%	15%	9%	9%
IRPJ e CSLL às alíquotas da legislação	33	44	27	36
Base de cálculo do adicional do IRPJ	-	58	-	-
Alíquota do adicional do IRPJ	10%	10%	-	-
Adicional do IRPJ à alíquota da legislação	-	6	-	-
Alíquota do IRPJ e adicional do IRPJ e CSLL	25%	25%	9%	9%
Total do IRPJ e CSLL às alíquotas da legislação	33	50	27	36
IRPJ e CSLL no resultado do exercício	33	50	27	36
IRPJ e CSLL corrente	33	50	27	36
Alíquota efetiva de IRPJ e CSLL	15,46%	16,62%	9,00%	9,00%

16. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é efetuada por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros.

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade. Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação. A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento, transferência ou quando os títulos expirarem.

16.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

O valor justo é mensurado com base em premissas que incluem abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. As informações aplicadas nas técnicas de avaliação do valor justo são classificadas em três níveis de hierarquia do valor justo, como segue:

- (a) Nível 1 - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- (b) Nível 2 - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente;
- (c) Nível 3 - dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, os ativos e passivos financeiros são classificados e mensurados, considerando suas respectivas características, como: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e (iii) valor justo por meio do resultado (VJR).

O quadro abaixo apresenta os valores contábeis e valores justos dos principais ativos e passivos financeiros da Companhia, assim como seu nível de mensuração, em 31 de dezembro de 2024 e de 2023:

	Nível	Valor contábil		Valor justo	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativos financeiros (Circulante / Não circulante)		542	1.353	542	1.353
Custo Amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa	2	362	1.164	362	1.164
Clientes - partes relacionadas	2	180	189	180	189
Passivos financeiros (Circulante / Não circulante)		306	371	306	371
Custo amortizado					
Fornecedores	2	5	-	5	-
Mútuos com partes relacionadas	2	301	371	301	371

As operações com instrumentos financeiros da Companhia que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são fundamentadas na semelhança significativa desses instrumentos com aqueles que seriam negociados no mercado.

16.2 Gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos é uma ferramenta fundamental no âmbito das práticas de Governança Corporativa, estando perfeitamente alinhado ao processo de planejamento dos objetivos estratégicos da Companhia. Esse enfoque proativo permite identificar, avaliar e responder de forma eficiente a eventos ou situações que possam representar ameaças para as estratégias planejadas do negócio.

Os riscos, que são esses eventos ou situações indesejáveis, podem emergir de várias fontes, tais como incertezas econômicas, mudanças regulatórias, desastres naturais e falhas tecnológicas, entre outras. O objetivo do gerenciamento de riscos é reduzir a probabilidade de ocorrência desses eventos e, caso ocorram, minimizar seu impacto sobre o negócio.

Para garantir a estabilidade da liquidez e rentabilidade da Companhia, são monitorados todos os riscos que possam comprometer seu desempenho. Nesse contexto, são recomendadas estratégias de proteção, como o uso de hedge, para mitigar os riscos associados a fatores como câmbio, juros e inflação, sempre em conformidade com as estratégias definidas.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

16.2.1 Risco de taxas de juros

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida que impactem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos ou os rendimentos das aplicações financeiras.

Dessa forma, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

16.2.2 Gestão de risco de crédito

O risco de crédito se refere à possibilidade de a Companhia incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes.

- **Contrapartes comerciais**

A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 todos os contratos de comercialização de energia eram firmados com parte relacionada.

- **Instituições financeiras**

Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, a Companhia procura mitigar o risco através da diversificação junto às instituições financeiras que possuam boa qualidade de crédito. Adicionalmente, todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que possuem características de renda fixa, atrelados ao CDI e não realiza aplicações financeiras em ativos de renda variável ou que incorporem risco de volatilidade em suas demonstrações financeiras.

16.2.3 Gestão de risco de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade de a Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca

Resultados de 2024

constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos e desconcentração de vencimentos.

O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

Havendo sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com o objetivo de preservar a liquidez da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia mantinha um total de aplicações no curto prazo de R\$ 251 (R\$ 1.111 em 2023).

17. Cobertura de seguros

A Companhia mantém as seguintes coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são julgadas suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros:

Ramos	Ref.	Importância segurada	
		31/12/2024	31/12/2023
Responsabilidade civil administradores e diretores	(a)	20.000	20.000
Risco operacional	(b)	2.319	2.296
Responsabilidade civil geral	(c)	-	2.000
Total		22.319	24.296

(a) **Responsabilidade civil de administradores e diretores:** Cobertura securitária para proteção dos administradores e diretores da Companhia contra reclamações e ações judiciais decorrentes de atos ou omissões no exercício de suas funções, incluindo danos financeiros causados a terceiros, com vencimento em 28/11/2025.

(b) **Risco operacional:** Cobertura securitária das usinas de geração, com vencimento em 29/10/2025.

(c) **Responsabilidade civil geral:** Cobertura securitária para danos materiais e pessoais causados a terceiros em decorrência das operações da Companhia.

18. Saldo e transações entre partes relacionadas

A Companhia mantém operações comerciais com partes relacionadas pertencentes ao mesmo grupo econômico, cujos saldos e natureza das transações estão demonstrados a seguir:

Parte relacionada	Tipo de transação	Ref.	Ativo / (Passivo)		Receita / (Despesa)	
			31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Santa Maria Comercialização e Serviços de Energia Ltda.	Venda de Energia Elétrica	(a)	35	189	1.779	2.438
Total - Venda de energia			35	189	1.779	2.438
Santa Maria Consultoria e Gestão de Energia Ltda.	Prestação de serviços	(b)	-	-	(47)	(45)
Empresa Luz e Força Santa Maria S.A.	Prestação de serviços	(e)	-	-	(6)	(8)
Total - Prestação de serviços			-	-	(53)	(53)
Santa Maria Participações S.A.	Mútuo	(c)	(301)	(371)	(23)	(43)
Total - Mútuos			(301)	(371)	(23)	(43)

Parte relacionada	Tipo de transação	Ref.	Ativo / (Passivo)		Receita / (Despesa)	
			31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Empresa Luz e Força Santa Maria S.A.	Encargos de Transmissão	(d)	-	-	(106)	(101)
Total - Encargos de transmissão			-	-	(106)	(101)
Empresa Luz e Força Santa Maria S.A.	Ordem de Dispêndio a Repassar	(f)	(96)	(7)	-	-
Total - Ordem de Dispêndio a Repassar			(96)	(7)	-	-
Total			(362)	(189)	1.597	2.241

- a) Refere-se ao contrato de venda de energia elétrica no ambiente de contratação livre – ACL (Nota Explicativa nº 5).
- b) Refere-se ao contrato de prestação de serviços de gerenciamento de energia elétrica no ambiente de contratação livre – ACL.
- c) Refere-se aos contratos de mútuo firmados, com encargos financeiros calculados com base na variação da taxa Selic.
- d) Refere-se ao contrato de uso do sistema de distribuição. O valor devido é calculado pelo produto da parcela da Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD pelo respectivo valor contratado do Montante de Uso do Sistema de Distribuição – MUSD.
- e) Refere-se ao contrato de prestação de serviços de distribuição de energia elétrica.
- f) Do saldo demonstrado R\$ 82 se refere ao valor a ser reembolsado à Empresa Luz e Força Santa Maria S.A referente ao processo trabalhista nº 0000275-51.2019.5.17.0141 (Nota Explicativa nº 10.1) e R\$ 14 (R\$ 7 em 2023) se refere ao rateio de prêmios de seguro consolidados em uma única apólice.

As transações, acima elencadas, seguem as práticas usuais de mercado e não há, para nenhuma delas, condições contratuais específicas por pertencerem ao mesmo grupo econômico.

* * *

DIRETORIA

Arthur Arpini Coutinho
Diretor-Presidente

Angelo Arpini Coutinho
Diretor Vice-Presidente

Angelo André Bosi
Diretor

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Carlos Alberto Lima
Contador - CRC: ES/009263/O-2

CARTA DE APROVAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

Declaração sobre a aprovação das demonstrações financeiras e relatório dos auditores independentes

Os diretores e o contador da Companhia declaram que as demonstrações financeiras foram elaboradas nos termos da legislação vigente e que:

- Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2024; e
- Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da Mazars Auditores Independentes, relativamente às demonstrações financeiras da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Colatina, 13 de março de 2025.

DIRETORIA

Arthur Arpini Coutinho
Diretor-Presidente

Angelo Arpini Coutinho
Diretor Vice-Presidente

Angelo André Bosi
Diretor

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Carlos Alberto Lima
Contador - CRC: ES/009263/O-2

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Santa Maria Geração e Transmissão de Energia S.A.
Colatina - ES

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Santa Maria Geração e Transmissão de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2025

Mazars Auditores Independentes
CRC nº 2SP023701/O-8

Rodrigo de A. Albuquerque
CRC CE019775/O-9 T-RJ